

**Um Barão e suas memórias em disputa:
Grão Mogol (MG), Chapada Diamantina (BA) e Rio Claro (SP) ¹**

Ivana Denise Parrela

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-0831-148X>

E-mail: ivanaparrela@ufmg.br

Resumo: Este texto analisa a construção de discursos de memória distintos sobre o Barão de Grão Mogol, Gualter Martins Pereira (1825-1890), em Grão Mogol (MG), Chapada Diamantina (BA) e Rio Claro (SP). Em Grão Mogol, Martins Pereira é apresentado como um político generoso, responsável por obras importantes. Tal perspectiva também é difundida na Chapada Diamantina. Em Rio Claro, é tido como um cruel barão do café. Considera-se aqui o caráter subjetivo da memória (CANDAUI, 2016). O modo como ele é lembrado e relembrado ao longo do tempo é continuamente atualizado, sem ater-se a uma reconstrução fiel do passado, mas constituindo novos enquadramentos (POLLAK, 1989). Outro aspecto a ser problematizado diz respeito ao uso da fonte memorial para a análise da trajetória de atores históricos, como o barão, pois se trata de narrativas díspares, que não se conectam em políticas públicas de memória e patrimônio cultural capazes de aproximar regiões distantes do país.

Palavras-chave: Memória; História local; Biografia; Barão de Grão Mogol; Trilha do Barão.

A Baron and his memories in dispute: Grão Mogol (MG), Chapada Diamantina (BA) and Rio Claro (SP)

53

Abstract: This paper aims at analyzing the construction of different types of memory discourse on Grão Mogol Baron, Gualter Martins Pereira (1825-1890), in Grão Mogol (MG), Chapada Diamantina (BA) and Rio Claro (SP). In Grão Mogol, Martins Pereira is seen as a generous politician responsible for important achievements. In the same vein, such perspective seems to be a widely held assumption in Chapada da Diamantina. However, in Rio Claro, he is regarded as a cruel coffee baron. In the present study the subjective nature of memory is taken into account (CANDAUI, 2016). The way he is remembered over the years is continuously updated with little attempt to attain to reconstructing the past, but comprising new analysis frameworks (POLLAK, 1989). Another aspect that is worth noting has to do with memorial source use for analysis of historic actors' trajectory, such as the baron, once the narratives are divergent and may not be encompassed in public policies for memory and cultural heritage intended to reconnect distant regions in the country.

Keywords: Memory; Local History; Biography; Grão Mogol Baron; The baron's trail.

Texto recebido em: 31/05/2019

Texto aprovado em: 24/07/2019

Introdução

Jöel Candau começa seu trabalho sobre *Memória e Identidade* advertindo que

a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: ‘a memória é de fato mais um enquadramento do que conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele’² (2016, p. 9).

Essa discussão constitui um ótimo referencial para apresentar o que recortamos em nossas pesquisas sobre a história biográfica³ de Gualter Martins Pereira, o Barão de Grão Mogol, para este artigo: conhecer as narrativas memoriais sobre o barão. Isso foi considerado um aporte essencial para o desenvolvimento de um projeto de extensão com outros colegas da UFMG⁴ sobre uma trilha construída por Martins Pereira, que liga o centro da cidade a sua fazenda do Cafezal, em Grão Mogol.

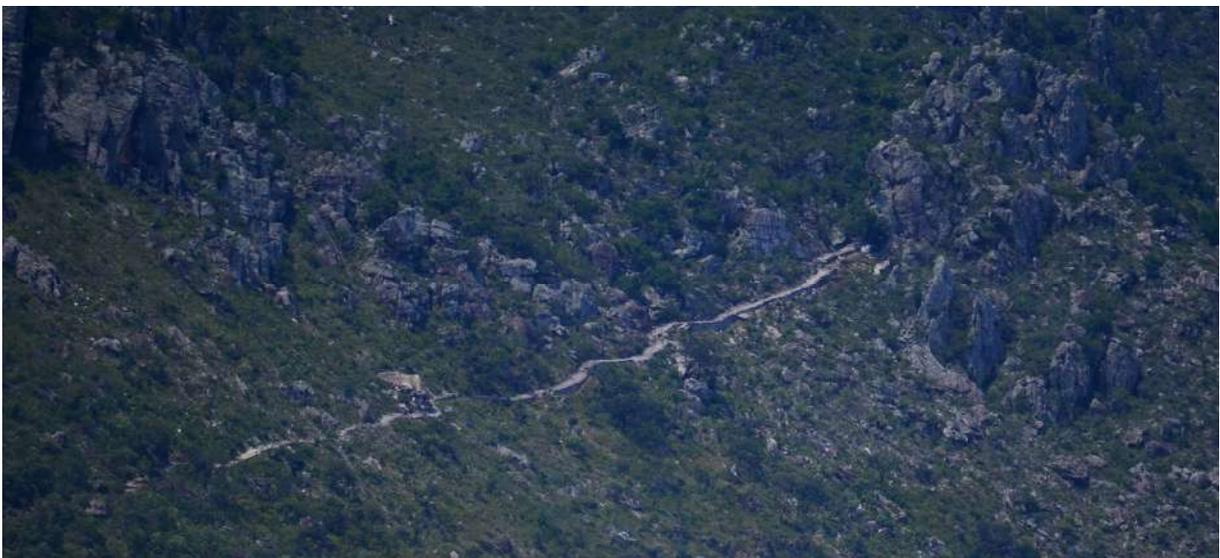


Foto: Parque Estadual de Grão Mogol (s/d).

FIGURA 1

Vista aérea da Trilha do Barão

Inicialmente, pensávamos em recorrer aos referenciais da história pública⁵ para discutir as relações entre história, memória e patrimônio em um contexto de elaboração do projeto de extensão. Isso para compreender as relações da população

do município de Grão Mogol e seu entorno com o barão. No entanto, o contato com a bibliografia sobre a escrita biográfica nos levou a repensar a relação do atrativo do Parque com a memória do responsável pela obra. Percebeu-se que o caminho calçado que serpenteia sobre a serra poderia ser a metáfora inspiradora para se pensar nos vários locais de atuação do barão, na diversidade de cargos que exerceu, amplitude de seus negócios e nas várias narrativas sobre a forma como lidava com seus escravos, dentre outros aspectos.

Este texto é dedicado às construções sobre a memória do barão, figura lendária não só na região onde nasceu, nas proximidades de um afluente do rio Jequitinhonha, a 553 quilômetros da capital mineira, como também na Chapada Diamantina e no interior paulista, em Rio Claro, em razão do papel político que desempenhou e dos investimentos econômicos que realizou.

As memórias concorrentes que encontramos sobre o barão vêm sendo pesquisadas em arquivos nas três principais regiões de sua atuação⁶ e, também, foram identificadas em monumentos, ruínas e outros vestígios. Essas fontes legitimam cientificamente a preservação, ou não, dos bens patrimoniais que testemunham sua existência e ajudam a compreender as divergências nas narrativas construídas. Em cada espaço, há enquadramentos dos relatos que não dependeram necessariamente de documentos básicos para a construção de biografias, como o seu inventário. Esse é um detalhe surpreendente da pesquisa, na medida em que nem mesmo os genealogistas da família tinham reproduzido o inventário *post mortem* do defunto ilustre⁷, preferindo recorrer ao testamento e ao codicilo para discutir as questões referentes à sua morte, suas últimas vontades e a divisão dos bens.

Então, pensando na memória do Barão de Grão Mogol e em suas ações, recorreremos novamente a Candau (2016, p. 24) e a suas discussões sobre memória coletiva como uma representação, uma memória supostamente comum aos membros de determinado grupo, um enunciado relativo a uma descrição de compartilhamento hipotético de lembranças. Tudo isso reconhecendo os riscos apontados pelo autor de nos deixarmos seduzir por discursos regionalistas ou de pensar que um barão poderia ser uma figura chave nas construções identitárias em terras tão pobres. Assim, estaríamos, como sugere o autor, atribuindo nuanças às concepções de situacionais de identidade (CANDAU, 2016, p. 26) e, ao mesmo tempo, pensando a memória comum como a identidade em ação.

Outro aspecto a ser levado em conta diz respeito aos objetivos dos pesquisadores quando lançam mão da fonte memorial para a análise da trajetória de atores históricos, como o barão. Nesse aspecto, trabalha-se com a perspectiva de não desvendar os segredos ou o caráter do sujeito analisado, mas explicitar os percursos e pensá-los a partir de seus projetos e campos de possibilidade (SCHMIDT, 2014, p.139). Um dos aspectos que contribuíram para a escolha desse percurso na pesquisa foi a consideração das dificuldades de nos aproximarmos do arquivo pessoal do barão. Isso porque nos anos de 1960 Francisco Scarpa, então prefeito da cidade de Rio Claro, adquiriu parte significativa do mobiliário da fazenda pertencente a Martins Pereira no município onde residia ao falecer. Junto com os bens móveis, teriam ido boa parte da documentação da fazenda, o que incluía livros sobre sua administração nos tempos do barão e da própria família, já que a propriedade pertencia naquele momento a colonos italianos.

Gualter Martins Pereira: alguns dados biográficos

Gualter Martins Pereira nasceu em 13 de novembro de 1826, em Itacambira, e faleceu em 15 de dezembro de 1890, em Rio Claro. A família Martins Pereira mudou-se da região do São Francisco para a de Itacambira, na primeira metade do século XVIII, após adquirir a Fazenda Pé da Serra, nome alterado para “Fazenda Santo Antônio”. O pai do futuro barão, Caetano Martins Pereira, e seus filhos nasceram nessa fazenda, cujo território pertencia ao município de Grão-Mogol desde o século XIX. Eram seus irmãos: João Baptista, Joaquim, Maria Vicência, Pedro Elias, Emygdio, Ramiro e Francisco de Assis. A mãe de Guálter, Josepha Carolina Dias Bicalho Martins Pereira, descendia, assim como o marido, de potentados do norte de Minas e do sul da Bahia, envolvidos com a produção pecuária e ações exploratórias como sertanistas. Após a morte do pai, a parte da antiga Fazenda Santo Antônio herdada por Guálter assumiu o nome de “Fazenda do Cafezal”.

A foto a seguir fica na sala da atual sede da Fazenda do Cafezal. A pintura retrata o casarão antigo, já em ruínas, em fins do século XX. Não conseguimos ainda localizar outros dados sobre a construção dessa edificação, mas a documentação sobre sua venda, quando da mudança do barão para Rio Claro, aponta que a fazenda e suas benfeitorias eram obra do proprietário. Da antiga

construção restam apenas os alicerces e um espaço rico para futuras pesquisas de arqueologia (Figura 2).



Foto: Carla Cristina Oliveira Silva (2015).

FIGURA 2

Antiga sede da Fazenda do Cafezal

Os relatos memoriais da família, especialmente as *Memórias de Vó Aurora*, (http://jmartins.org/?page_id=787) atestam a abundância e a riqueza do local. Além disso, destacam a semelhança das edificações erguidas pela família Martins Pereira tanto na Chapada Diamantina, próxima a Cachoeira da Fumaça⁸, como na sede erguida por Gualter Martins Pereira na Fazenda Angélica, de Rio Claro. Em São Paulo, o barão construiu uma casa de alvenaria de pedra, utilizando mão de obra escrava mineira e baiana. Júlio César Banchi, em relatório técnico sobre o imóvel (BANCHI, 2001), destaca que o uso de pedra não era comum na região naquele momento na região. O técnico realça, ainda, a importância da casa como exemplar residencial dos barões do café paulistas, que teria justificado seu tombamento pelo CONDEPHAAT, em 1984. O processo de tombamento e outros estudos de arquitetura⁹ realçam a raridade do estilo baiano da edificação e citam, também, a associação da alvenaria de pedra e taipa na construção como uma

explicação para caracterizar sua arquitetura como baiana. No entanto, o uso da alvenaria de pedra em Grão Mogol e em algumas regiões área diamantina mineira era bastante recorrente. Cabe destacar que foram os mineradores da região de Grão Mogol que fizeram os primeiros descobrimentos na Chapada, e não o contrário, como apontavam os estudos de Teodoro Sampaio desde fins do século XIX. (SAMPAIO; SANTANA, 2002).



Foto: Carla Cristina Oliveira Silva (2015).

FIGURA 3

Alicerces da antiga Fazenda do Cafezal

Os anos iniciais de Gualter Martins teriam transcorrido entre as fazendas da família, em Grão Mogol, no Tejuco (hoje, Diamantina) e Salvador, onde iria cursar o Liceu. Ele não chegaria a cursar a faculdade de Medicina ou de Direito na capital baiana, como seus irmãos. Regressou a sua cidade e deu início à formação de sua própria fazenda e à ampliação dos negócios da família com a mineração e a agropecuária. Constituiu família com Emília de Sá Martins Pereira. O casal teve três filhos: Matilde, Sérgio e Orlinda.



Foto: Acervo do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2014.

FIGURA 4

Fazenda Grão Mogol, antiga Fazenda Angélica, Rio Claro

No livro sobre a Revolução Liberal de 1842, o cônego Marinho se refere aos “Pereiras da Serra do Grão-Mogol”. Os Pereiras que ele cita no livro são, de acordo com as análises de genealogista da família Martins (http://jmartins.org/?page_id=596, de Joaquim Alves Martins): Domingos Pereira da Silva e Joaquim Martins Pereira. Outros documentos incluem Caetano Martins Pereira, chamando-os genericamente de “os Pereiras”. Joaquim Martins acredita que esses eram seus antepassados diretos, parentes entre si, para que o cônego os chamasse genericamente “os Pereiras da Serra do Grão Mogol”.

Após 1842, os membros da família teriam se retirado para a Bahia, passando pela propriedade do tenente-coronel Francisco José de Sá (avô de Francisco Sá, o ministro do Império) e do irmão dele, Felisberto Augusto de Sá, chefe político de Lençóis¹⁰, onde receberam suprimentos e orientação sobre possibilidades a serem desenvolvidas na região naquele período. Para Joaquim Martins, nessa altura, as famílias Martins Pereira e Sá já possuíam laços de parentesco. Isso teria levado a família a reforçar seus negócios na Bahia. Assim, Caetano Martins Pereira e, depois dele, seus filhos, juntamente com Lizardo de Sá e Silva e Leonel Velloso (parentes),

não teriam ido para a Chapada Diamantina atraídos pelas notícias de descobrimento de diamantes naquela região. Não teriam ido “aventurar”, de acordo com a versão de seus descendentes. Eles teriam sido convidados pelo “primo”, que já morava há muitos anos na Chapada, como chefe político poderoso. O cel. Felisberto de Sá teria convocado os “primos” justamente para consolidar o próprio poder na Chapada, em permanente disputa com outros coronéis da região. Tal situação se consolidaria na Primeira República, como mostraram trabalhos como o de Maria Isaura P. de Queiróz (1969), o de Walfrido Moraes (1963) e o de Dora Rosa (1973). Estes dois últimos tratam do caso da Chapada.

Conforme pesquisas de Pedro Augusto Conde Lobo Martins¹¹, o primeiro Martins Pereira que chegou à Chapada Diamantina foi Caetano Martins Pereira, que posteriormente levou os filhos, o genro e Leonel Velloso, que viria a ser mais tarde, sogro de seu filho Emygdio. Aparentemente, lavrou em terras de outros concessionários, fazendo sociedade com os Medrado (ROSA, 1973, p. 19), de Santa Isabel do Paraguassu, hoje Mucugê, e o coronel Felisberto Augusto de Sá¹², de Lençóis.

Gualter Martins Pereira, em 1847, arrematou uma área de lavra em Andarahy (BA) em hasta pública, realizada no Rio de Janeiro, cujo estrato do documento de arrendamento foi transcrito no jornal *Gazeta Oficial do Império do Brasil* (12 de julho de 1847). Nele, encontram-se a localidade (Andarahy), o número do lote (13), o nome do arrendatário, o número de braças¹³, 1.040, correspondendo a pouco mais de meio hectare, o preço do arrendamento por ano (37\$000 – trinta e sete mil réis), a data inicial do arrendamento (22 de março de 1847) e o nome do fiador (Veriato Freire Bitancourt). Isso corrobora a suposta coligação entre os potentados citada pelos genealogistas.

Gualter e a família arrendaram diversas outras áreas de garimpo na Chapada, como demonstram outros extratos de contratos publicados em periódicos, os quais também nos fornecem dados resumidos sobre sua movimentação nos portos. Em 1849, *O Correio da Tarde*, jornal do Rio de Janeiro, de 18 de abril, informava a chegada de Caetano Martins Pereira e de seu filho, Guálter Martins Pereira, vindos da Bahia, a bordo do vapor “Pernambucana”, após quatro dias e 14 horas de viagem desde Salvador. Acredita-se que o motivo dessa viagem era o arrendamento de mais áreas de garimpo, além da regularização de outras, já arrendadas antes, pois os pagamentos eram anuais.

No dia 7 de abril de 1855, o *Diário do Rio de Janeiro* registrava a chegada, no dia anterior, do paquete a vapor inglês Avon, proveniente de Southampton, com diversas escalas, sendo a última em Salvador, com viagem de três dias de Salvador ao Rio, sendo um dos passageiros Gualter Martins Pereira. Do Rio, depois de uma permanência de 21 dias, Gualter seguiu viagem para Santos, a bordo do vapor “Mensageiro” (*Diário do Rio de Janeiro*, de 27 de maio de 1855), como se vê no registro seguinte, do *Diário do Rio de Janeiro*, em maio de 1855. Certamente, já tinha negócios ou interesses no estado de São Paulo nessa data. Gualter viajava em companhia de Aurélio Landulpho Medrado, de Santa Isabel do Paraguassu, o que permite supor que teriam negócios em sociedade.

Gualter Martins Pereira era procurador de seu tio (irmão de Caetano) Francisco Martins Pereira¹⁴, que já estava bem debilitado. Um escravo de Francisco, de nome Simão, fugiu de Grão Mogol e foi para São Paulo, onde foi preso. (*Correio Paulistano*, cidade de São Paulo, 7 de dezembro de 1855) Este incidente pode explicar a viagem.

Em 1856, Gualter chegou ao Rio de Janeiro, em 27 de junho, proveniente dos portos do norte (Salvador), conforme notícia do *Correio Mercantil* do dia seguinte. Depois, foi do Rio de Janeiro para Santos, após uma permanência de 15 dias na capital, acompanhado de três criados.¹⁵

No dia 29 de dezembro de 1859 (*O Jequitinhonha*, 19 de fevereiro de 1864), Gualter mandou publicar no *Correio Paulistano* (São Paulo) um comunicado à praça, especialmente aos negociantes de Sorocaba, participando que a partir de 25 de dezembro desse ano passaria a assinar em documentos comerciais somente Gualter Martins. A comunicação é feita na cidade de Sorocaba (SP). (*Correio Paulistano*, 29 de dezembro de 1859)

Em fevereiro de 1864, Gualter, que ainda era procurador de seu tio Francisco, residente e fazendeiro no Tejuco, fez publicar no jornal *O Jequitinhonha*, daquela localidade, a informação para todos aqueles que têm negócios com os dois de que ambos iriam viajar para a Bahia no dia 5 de março daquele ano, devendo os interessados procurá-los em sua residência.

Em 1865, Gualter apoiou a guerra do Brasil na campanha da Tríplice Aliança contra as forças do Paraguai. Os irmãos Martins Pereira colaboraram com os principais líderes da Chapada Diamantina, em especial Rocha Medrado, de Santa Isabel, e Felisberto Augusto de Sá, de Lençóis, participando da criação de vários corpos de Voluntários da Pátria na região, entre eles o 24º, o 29º e o 32º. Por

problemas políticos com o então governador da Bahia, o 32º, apesar de ser constituído de tropas baianas, foi oficialmente criado na Corte. Deste 32º batalhão de Voluntários participaram três de seus irmãos: Joaquim Martins Pereira, médico, acompanhando a tropa só até o Rio de Janeiro (e voltando à Bahia), e os outros dois, Emygdio e Ramiro, como oficiais combatentes, tendo seguido para o Rio Grande do Sul.¹⁶ Após a participação da família no confronto, Gualter, que havia investido mais capital na preparação das tropas, recebeu o título de “Barão”, em 1873, como recompensa ao seu esforço de guerra.¹⁷

Foi possível perceber que desde 1868 Guálter Martins se alternava em longas estadas entre Grão Mogol e a Chapada Diamantina, em meio a muitas outras viagens. O trajeto era normalmente percorrido por navegação. De Grão Mogol, seguia pelo rio Itacambiruçu e, depois, pelo Jequitinhonha, utilizando grandes canoas, com difícil transposição no Salto da Divisa. Na foz do Jequitinhonha, no porto de Belmonte, embarcava em navios a vapor, seguindo até Salvador. Dali, seguia por embarcações menores, também a vapor, subindo o rio Paraguaçu, até um porto nas proximidades de Mucugê. A partir desse porto a viagem era feita por terra até Lençóis, com auxílio de tropas de burros.

Tudo isso explica seus investimentos em obras públicas nas duas regiões no mesmo período. Em Grão Mogol, o barão ajudou a construir a Loja Maçônica Aurora do Progresso e a Santa Casa. Também, apoiou a reforma da Matriz de Santo Antonio, cedendo mão de obra e recursos. Em julho de 1872, a Câmara Municipal de Rio Pardo recebeu autorização para auxiliar a Câmara Municipal de Grão Mogol com a quantia de 5.000\$ para a abertura de estrada que ligaria os dois municípios, passando pelos Quatis.¹⁸ Em novembro de 1875, encontramos novo aporte concedido para a obra, no valor de 1.500\$.¹⁹ Tal estrada nunca foi concluída. O trecho feito liga o centro da cidade de Grão Mogol às imediações da sede da Fazenda do Cafezal, hoje conhecido como Trilha do Barão.²⁰

Tais obras refletiam parte de seus compromissos políticos. Em abril de 1868, Guálter deixou o Partido Liberal e juntou-se a outras lideranças de Grão Mogol, filiando-se ao Partido Conservador.²¹ Um manifesto do próprio Gualter, em que expõe os motivos pelos quais deixou um partido e transferiu-se ao outro foi divulgado no mesmo ano em jornais. Em fins de 1868, os periódicos noticiam que Guálter ocupava a delegacia de polícia, havia sido eleito vereador, já pelo novo partido, e foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional dos municípios de Grão- Mogol e Rio Pardo.²²

Em 1870, Gualter foi nomeado pela Presidência da província como suplente de juiz municipal em Grão Mogol. (jornal *Dezesseis de Julho*, de 14 de janeiro de 1870) Nesse ano, já pertencia ao Partido Democrata. Em 1872, foi nomeado delegado de polícia em Grão Mogol. (jornal *Noticiador de Minas*, de 14 de maio de 1872)

Desde a última mudança de partido, Gualter passou a enfrentar críticas anônimas publicadas em jornais da província de Minas, e neles se manifestava em defesa. Em 1873, uma escaramuça com outro juiz de Grão Mogol o levou a uma troca pública de farpas. Em 1878, novas discussões públicas foram registradas nas páginas de jornal.²³ Apesar das acusações, em 1880, o barão de Grão Mogol concorreu às eleições a deputado provincial pelo Partido Democrata em Minas Gerais, tendo sido eleito, com uma votação de 1.491 votos. (jornal *A Actualidade*, de 17 de fevereiro de 1880) No entanto, em 1881 as críticas parecem finalmente ter surtido efeito. Após a publicação de uma série de acusações de um anônimo sob o pseudônimo XPTO (jornal *A Província de Minas*, de 8 de janeiro de 1881, p. 2-3), o barão lançou uma declaração pública, assinada por ele, pelo filho Sérgio e por pessoas influentes da cidade em apoio ao seu desligamento do cargo. Tal decisão coincidiu com suas investidas em Rio Claro.

Entre 1881 e 1883, o barão teria construído uma nova sede para a fazenda adquirida em São Paulo, que se chamava “Angélica” quando pertencia ao senador Vergueiro, passando a chamar-se “Fazenda Grão Mogol” Para lá se mudou com a família. Em Rio Claro, o barão se integrou à vida social, contribuindo para a criação do Gabinete de Leitura, da Philarmônica e do Jardim Público, também contribuindo para a Santa Casa e a abertura de estrada para suas terras.

Entre 1883 e 1890, o barão foi eleito vereador, tendo ocupado por diversas vezes a presidência do Legislativo municipal. Também, aproximou-se dos políticos republicanos da região – Campos Salles, Cerqueira Cezar, Alfredo Elis – renunciou ao título nobiliárquico e filiou-se ao Partido Republicano Rioclarense. Em fevereiro de 1888, assumiu o discurso abolicionista, chegando a discursar no Teatro São João e a libertar parte de seus escravos. Após a Proclamação da República, participou das festividades, inclusive, do plantio de uma “árvore da Liberdade” e da criação de uma praça de mesmo nome em comemoração à proclamação da República.

Ao falecer, em dezembro de 1890, o barão já era reconhecido como um político importante em Rio Claro. Enterrado em cemitério da cidade, trinta anos

depois, teve seu desejo de ter seus restos mortais enterrados na Fazenda Grão Mogol.

Legados distintos: a herança do barão e seus laços familiares

Um dos aspectos que geram grande discordância nos perfis encontrados para o barão diz respeito a suas relações com familiares e seus escravos.²⁴ De acordo com autores de Rio Claro, como Ariosvaldo Seneda²⁵ (2004, p. 26), o barão teria deixado 71 filhos, todos bem assistidos após a sua morte. Ele cita um mulato boêmio que circulava pela cidade de Rio Claro, no início do século XX, chamado Gualter Martins, como exemplo da boa situação. Desses filhos, apenas três seriam filhos da baronesa. O número de filhos legítimos se repete em todos os perfis biográficos encontrados. Seneda destaca que a filha Mathilde encontrava-se internada como pensionista de primeira classe no Hospício Nacional de Alienados da Capital Federal, tendo como curador o irmão Sérgio (2004, p. 36) quando da morte do barão. No entanto, o número de filhos ilegítimos e a forma como eram tratados constituem aspectos bastante díspares nos trabalhos. No blog da família Martins, Joaquim Martins destaca 17 filhos ilegítimos contemplados pelo testamento. Destes, quatro provinham de seu relacionamento com Amélia do Valle, sua amante em Grão Mogol.

Ao tratar da baronesa, Seneda (2004, p. 44 *et seq.*) cita a existência de um livro de registro das tradições e histórias da fazenda, o qual trazia na capa a figura do barão de corpo inteiro. Porém, não o localizamos. O livro teria sido levado da fazenda em 1954. Segundo o autor, só ele poderia esclarecer quem foi a baronesa. Mesmo assim, afirma que ela sofria muito com a infidelidade conjugal do marido. Entrementes, afirma que não era verdade que ela teria enlouquecido em Rio Claro. Já teria chegado à cidade com depressão. Nega, também, que o barão a prendesse no sótão, mas afirma que era para lá que ela se dirigia ao entrar em crise. No local, ela teria desenhado seu autorretrato a lápis²⁶ na parede, algo que teria se perdido com o tempo. Outro caso que Seneda também desmente é que a baronesa teria se atirado sótão, onde ficava presa por ordem do barão. De outro lado, confirma que depois da morte do barão ela fugia à noite, armada com um sabre pertencente a ele, para matá-lo.

Ainda em Rio Claro, Ednaldo Mata, técnico do Arquivo da cidade, foi referência importante para ter acesso às narrativas que circulam na cidade sobre o barão e sua vida. Casos famosos, como o da loucura da baronesa e de sua filha ou o da fúria da baronesa ao matar uma escrava, amante do marido, foram citados por Ednaldo Mata. As ações violentas do barão, verdadeiras ou não, encontram eco em trabalhos sobre o período que viveu na cidade, como o de Warren Dean (1977) e o da professora da Unesp de Rio Claro Bernadete Aparecida C. Castro (2013).

Na Chapada Diamantina, Zenilda Pena, que se define como contadora de histórias, autora de *Encontro com a Villa Bella das Palmeiras*, que discute a história do município que é hoje denominado “Palmeiras” e seu entorno, dedica um capítulo para elogiar o barão, que define como um ídolo. Começa por afirmar que “a história de um ídolo é o povo quem faz; nem a verdade é capaz de desfazê-la, pois o ídolo se transforma num mito e torna-se tão forte e fascinante que é considerado um deus, e isso aconteceu com a história do barão” (2005, p. 79). A autora segue afirmando que ele nada fez “pensando em se promover”, destaca sua passagem pelos municípios de Grão Mogol, Rio Claro e Villa Bella das Palmeiras. Destaca também que

o Barão era proprietário de uma das atrações turísticas e históricas de maior valor da cidade de Grão Mogol – O Caminho do Barão ou Trilha do Barão, todo encrustado (sic) de pedra, atravessa vales e despenhadeiros e corta de um lado a outro a Serra de Itacambiruçu. Ele, o Barão, morava ali numa luxuosa residência, hoje em ruínas. Esse caminho de pedra é considerado ainda como Estrada Real. Esta “obra arquitetônica”, construída grande parte em cantarias e muros de arrimo lembra o período dourado do município de Grão Mogol. Por essa trilha só trafegavam os familiares do Barão em liteiras até a cidade (PINA, 2005, p. 80).

Apesar de tantos elogios, a autora cita um dos atrativos da Trilha, a Gruta do Quebra-Coco: “é uma gruta histórica, que tem localização estratégica. Foi ali, durante anos, o esconderijo dos escravos maltratados pelo seu senhor, o Barão” (2005, p. 81). Em outro trecho, ela se contradiz ao afirmar que “como senhor de escravos, sabemos, apenas, que esses trabalhavam nos serviços domésticos e da mineração”, retomando a descrição do barão como figura que “deixou imagem impregnada de valores religiosos, sociais e humanitários” (2005, p. 83).

O trabalho de Warren Dean é importante para esclarecer as poucas narrativas sobre a “benevolência” do barão com seus escravos. Para o autor, as leis emancipatórias, como a Lei do Ventre Livre, de 1871, ou a Lei dos Sexagenários, de

1885, incentivavam alforrias em muitas fazendas e criaram um contexto de falência moral do regime escravocrata, afrouxando o poder de mando dos fazendeiros e abrindo terreno às fugas em massa e à insubmissão ao trabalho forçado (DEAN, 1977, p. 141). Dean ressalta que os fazendeiros de Rio Claro “temiam que os escravos não fossem trabalhar por salário” e, com essa preocupação, teriam se adiantado libertando seus escravos (DEAN; 1977, p. 149). O brasilianista mostra que quando o barão morava em Rio Claro, em junho de 1885, 20,5% dos habitantes eram escravos, ou seja, 4.709 pessoas. Em março de 1887, o percentual já havia caído para 14,7%, o que representava 3.304 pessoas (DEAN, 1977, p. 63). De acordo com Hebe Mattos (1998), em trabalho mais recente, a opção pela defesa da alforria em massa tomada por fazendeiros no interior de São Paulo não se confundiria com a defesa da abolição, como medida legislativa que foi levada a cabo pelo governo imperial, pois para os proprietários de escravos era uma medida preventiva.

A versão do “homem cruel” é bastante disseminada no interior paulista. A família Rossi (proprietária da fazenda que pertenceu ao barão, em Rio Claro) relata que o casarão é mal assombrado pelo próprio barão, que teria morrido sem o perdão da baronesa, por seu capataz e por escravos assassinados (inclusive, por afogamento em uma represa da fazenda). Tais narrativas atraem um turismo dedicado a fenômenos paranormais e programas sensacionalistas.²⁷ Em outras versões, menos rocambolescas, destaca-se que o próprio nome da região – “Mata Negra” – seria uma alusão à violência contra os negros, especialmente às mulheres, e não às antigas matas fechadas que ali existiam.

Em Grão Mogol, os relatos de Elcio Paulino e Geraldo Fróes²⁸ destacam o homem rico, empreendedor, culto, caridoso e temente a Deus, destacando seu apoio à Igreja e à construção de uma casa para implantação de uma Santa Casa na cidade. Os relatos dos antigos moradores do sobrado da Fazenda do Cafezal, antes de ruir, em fins do século XX, não tratam de fantasmas ou de lendas sobre a família.

A versão de homem abolicionista e republicano se sustenta por notícias de jornal, como a presente no periódico ilustrado *O Mequetrefe*, do Rio de Janeiro, que divulgava os temas políticos que se sobressaíram de forma irreverente, com ilustrações e textos de opinião. Em suas páginas foram noticiadas as principais mudanças políticas ocorridas no Brasil Imperial, como a Abolição dos Escravos e o fim do Império, com o advento republicano, de acordo com Aristeu E. M. Lopes

(2011, p. 254). Ao longo de alguns números de 1888/9, foram frequentes as homenagens aos propagandistas republicanos na “Galeria Republicana”, que estampou Gualter Martins em um de seus números, acompanhado por pequeno texto que destacava seu ato de devolução do título de barão como algo digno dos aplausos daqueles que "sentem em seu peito pulsar um coração verdadeiramente patriótico" (MARTINS, G. fev. 1889, nº 471, p. 3).

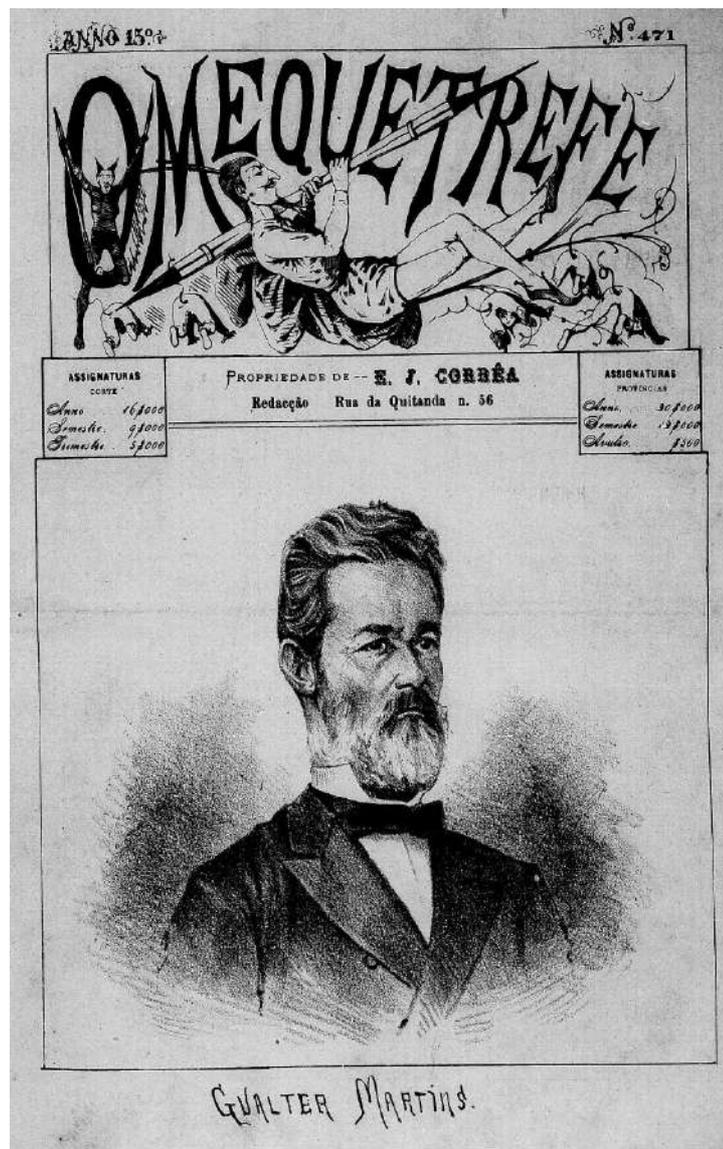


Foto: Capa *O Mequetrefe*, fev. 1889, nº 471.

FIGURA 5
Gualter Martins

Jorge Lasmar e Terezinha Vasques (2005, p. 77-79)²⁹ dedicam um capítulo de sua obra ao barão, no qual realçam os sucessos da participação do 17º Batalhão de Voluntários da Pátria, que teria sido organizado pela família em Grão Mogol. Essa parte do texto contradiz em vários aspectos as narrativas de genealogistas da família Martins e de outros autores sobre a participação da família na Guerra do Paraguai. Os autores dizem se inspirar em obra escrita pelo major Mário Freitas Martins, em 1958, sobre as comemorações do centenário de Grão Mogol. Embora, o major Mário Martins também faça parte da família do barão, a narrativa destaca que o feito deste teria impressionado o imperador, que o teria recebido no Rio de Janeiro com o batalhão. Outro esforço de glorificação do barão, cobrado na obra (2005, p. 79), seria a preservação da casa da fazenda onde morou (que já havia ruído quando a obra foi lançada) pelo poder municipal.³⁰

Outro ponto apontado por Pina (2005, p. 82-83) refere-se à força dos negócios da família e suas riquezas, o que coincide com a imagem do barão em Grão Mogol. Na Chapada, a família teria construído a Casa Grande do Gonçalves, hoje “Casarão do Barão”, que serviu de residência para o barão, seus agregados e parentes. Nela teriam morado o barão e seus irmãos Pedro e João Batista. Lá se reuniam para tratar de negócios e festejar datas comemorativas. A autora afirma que o barão vendia suas pedras preciosas para Salvador e o exterior; citando, expressamente, Holanda e França, sem indicar fontes. Da mesma forma, afirma que “de 1872 a 1874, os irmãos Gualtér, Emigdio e Ramiro estabeleceram-se em Grão Mogol com uma casa comercial, a “Martins Irmãos”, a qual foi logo desfeita devido ao desentendimento entre Gualter e Ramiro” (2005, p. 83). Mais adiante, a autora afirma que, para adquirir a fazenda do London Bank, o barão tinha hipotecado setenta escravos e usado pedras para o pagamento. Após saldar o compromisso, teria feito outra hipoteca no Banco do Brasil e contraído dívida com o Conde Prates. Por esse motivo, vendeu parte das terras que possuía para saldar as dívidas (2005, 86). Mesmo fazendo tais afirmações sem indicar fontes, os relatos anteriores da vida faustosa se contradizem com tais afirmações.

Com relação ao deslocamento da família em direção ao interior paulista, as informações encontradas também são díspares. Na narrativa de Pina, dois problemas teriam concorrido durante a volta da família para Minas: a morte do irmão Joaquim e a da cunhada Idalina (esposa de Ramiro), o que deixara todos desgostosos e “um forte desentendimento com Leolino Canguçu”, jagunço de Horário Matos, garimpeiro que trabalhava em Campos de São João, povoado de

Palmeiras. Apesar de tantos detalhes sobre as mortes e o conflito, a autora não cita fontes ou a motivação da querela (2005, p. 83).

Pina cita, também, uma descrição pormenorizada da Fazenda do Cafezal, com detalhes sobre roseiral, pomar, horta e distribuição dos cômodos da propriedade, definida como um “ninho aconchegante” (2005, p. 84). Afirma que o barão e seu filho figuravam entre os fundadores da Loja Maçônica Aurora do Progresso, em 1875, em Grão Mogol, o que denotava seu poder na sociedade grãomogolense.

Por que alguém que vivia nesse paraíso teria ido embora?

De acordo com o texto de Oscar Arruda Penteado³¹, teria sido Philadelpho Antonio Machado, de Xique-Xique (hoje, Igatu), que, após adquirir terras em Morro Grande (hoje, Ajapi, em Rio Claro), teria formado a Fazenda Santa Maria e escrito para o barão, seu compadre, informando que uma fazenda próxima à sua, que pertencera ao senador Vergueiro, estava sendo vendida pelo London Bank. O barão teria comprado as terras sem ver, no Rio de Janeiro, confiando no amigo, e chegado para tomar posse já com a compra efetivada. A escritura foi lavrada em 1881.³² O barão hipotecou os escravos que trazia de Minas e da Bahia. Outra versão para a compra afirma que o barão teria saído de Grão Mogol para efetuar a venda de diamantes na Corte. Dali teria se dirigido para Descalvado, para visitar outro amigo, o coronel Figueiredo, que o teria informado sobre a venda da fazenda. Isso teria acontecido em 1876 (SENEDA, 2004, p. 26).

Para Pina, ao ver a notícia em jornal da venda da Fazenda Angélica, o barão teria se animado a comprá-la. A autora (2005, p. 84) aponta, ainda, outra causa provável para o deslocamento: as filhas do barão já eram casadas há muito tempo. Mathilde, com um rico português, José Domingos Moreira, sem apontar seu local de residência; e Orlinda, com um advogado, José Ribeiro de Almeida Santos. A última já era mãe de cinco filhos quando se mudou para Itapetinga (SP) com a família.

Em Rio Claro, motivo apontado em perfil biográfico oferecido pelo Arquivo sugere que as fortes secas no sertão baiano poderiam ter motivado o deslocamento da família em fins da década de 1870. Isso corrobora com as análises de Theodoro Sampaio, após viajar pela região entre 1878 e 1800 (SAMPAIO, 2002, p. 53). A experiência do autor, que o levou a produzir livro *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, tinha como foco inicial uma apresentação do rio, mas a Chapada acabou se revelando de igual valor no trabalho.

Considerações finais

A apresentação desses primeiros resultados da pesquisa que fundamenta as ações de extensão em Grão Mogol sustenta que a experiência de trabalho sobre o barão e suas memórias em distintas regiões revela que os estudiosos, especialmente os do Norte de Minas Gerais, precisam conhecer e dialogar um pouco mais com os seus colegas baianos, dentre outros, para discutirem alguns temas que já eram postos por esses pesquisadores desde meados do século XX. Catarino Brito (2013, p. 108), por exemplo, em pesquisa recente, chama atenção para essas conexões ao tratar do momento em que Lençóis e as principais cidades da Chapada foram reconhecidas como patrimônio histórico do País pelo IPHAN:

uma nova historiografia baiana que, a partir de 1950, reconhecia que as famílias baianas do Recôncavo e mineiras do Grão Mogol seriam os principais povoadores da região, embora este último mereça destaque, compreendendo que a atividade diamantina induziu a migração dessas famílias vindas principalmente de Tejuco, devido à continuação nas lavras das atividades comerciais e mineradoras já existentes no antigo arraial da província de Minas Gerais.³³

De modo similar, os trabalhos de Isnara Pereira Ivo (2012) e Erivaldo Fagundes Neves (2017) também dão conta, ao tratar de momentos distintos, do peso do comércio entre as duas capitanias/províncias. Neves mostrou que os “sampauleiros” iam atrás do escravo baiano no século XIX. A trajetória do barão revela que as relações eram bem mais complexas, pois mineiros e baianos desenvolviam atividades conjuntamente nas duas regiões. Em casos excepcionais, como os do barão e da família Medrado, também podiam descer com sua mão de obra em direção ao interior paulista e lá se instalar, trânsito que ainda é pouco estudado.

Ao utilizar os relatos memoriais no texto, creio que já é hora de enfrentar as temáticas regionais e correr atrás de fontes documentais para nossas pesquisas que contemplem as figuras mitificadas e pouco estudadas, mesmo com todos os obstáculos que essa perspectiva de trabalho apresenta. Sei o quanto é caro se deslocar para a Chapada Diamantina ou o interior paulista. Por isso mesmo, iniciativas como esta demandam a constituição de redes de pesquisadores e o envolvimento de alunos.

Candau adverte sobre peso dos conjuntos de lembranças que compartilham os membros de uma mesma família, apontando que “a busca identitária movimenta e reorganiza, regularmente, [n]as linhagens mais bem asseguradas (2016, p. 137)”. Isso faz crescer nos dias de hoje o que se denomina “novos mercados genealógicos”, especialmente entre “as categorias sociais providas de um bom poder de compra (classe média e alta)” (2016, p. 138). Relatos com esse buscam se associar a linhagens aristocráticas, criar imaginários de continuidade, vinculando-se a figuras do legendário familiar. No caso da família Martins, os genealogistas associam a chegada de sua linhagem à de Nem de Sá, considerando no mesmo rol vários sertanistas e a figura lendária de Dona Maria da Cruz. Por isso mesmo, reitera-se a necessidade de produzir mais nas pesquisas que desvelem com o olhar do historiador esses investimentos memoriais tantas vezes repetidos.

Essas experiências de investimento em memórias das elites apontam também para algumas possibilidades de análise das “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989) de grupos como os escravos do barão em Rio Claro a partir de suas narrativas fantasmagóricas, na medida em que nos fazem pensar que “transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo” (CANDAU, 2016, p. 118).

NOTAS

1. Este artigo teve origem em uma apresentação no XXI Encontro Regional de História da ANPUH-MG, realizada na Unimontes, de 1º a 3 de agosto de 2018, no simpósio temático “Estudos sobre memória e cultura histórica”. Agradeço ao grupo pelas sugestões e debates sobre o tema.
2. O autor recorre a Ovídio, em *Metamorfose* (XX), p. 234, para apontar essa definição da memória como enquadramento. Noção também utilizada por Pollak (1989).
3. *História biográfica* é compreendida aqui, com base em Sabina Loriga (2003; 2011), como aquela que se guia por uma série suficientemente formulada, mas suficientemente flexível, de problemas históricos gerais. Ao mesmo tempo, consegue explicar a singularidade de uma vida individual, sem submetê-la à condição de um relato que transcende ou anula o objeto pesquisado, o biografado. Assim, tenta-se utilizar a experiência individual para quebrar o excesso de coerência do discurso histórico; ou seja, para se interrogar sobre a pluralidade e a incerteza do passado.
4. Trata-se do projeto “Memória e patrimônio da Serra de Grão Mogol: Trilha do Barão (Parque Estadual de Grão Mogol)”, desenvolvido com os professores Eliane C. F. Rocha, Carlos M. Guimarães, da UFMG, Carla Cristina de Oliveira Silva, do Parque, e as bolsistas Marina Braga Burgarelli e Danielle Augusta dos Santos Silva.

5. Concordamos com José Newton Coelho Meneses quando afirma que “todo patrimônio é uma forma de história pública”. É História porque quer registrar o tempo da construção memorialística geradora do sentido patrimonial e é pública porque assume o discurso da coisa que é de todos, para a fruição de todos e para o bem de todos (2018, p. 69, destaque do autor).
6. No caso dos arquivos baianos, pesquisamos no Arquivo Público Municipal Dom Obá, de Lençóis, principal cidade da Chapada Diamantina. Embora, o acervo diga respeito a várias cidades da região, sabemos da existência de fundos de interesse para pesquisa em Andaraí e Mucugê. Nessas localidades, os arquivos municipais encontram-se em fase de organização e digitalização.
7. O inventário encontra-se até a presente data sob a custódia do Cartório de Distribuição do Fórum de Rio Claro, sob guarda terceirizada de uma empresa privada, com depósitos na cidade de Jundiá (SP). Para nossa pesquisa, digitalizamos o documento de 800 páginas e doamos cópias digitais para os familiares, o arquivo e o museu da cidade.
8. A casa ainda existe e se encontra em ruínas. Para ter acesso a ela, é preciso fazer a trilha por baixo para a famosa cachoeira.
9. Proc. 20.145/76. Tomb. Reg. 23 de 17/09/1984, D.O. 20/09/1984. Os arquitetos BENINCASA, CASTRO e BORTOLUCCI (2009) compartilham tal opinião sobre a raridade da edificação.
10. Oficialmente, o ano de descobrimento dos diamantes em Lençóis é 1845, mas esta é uma data controversa, pois as investidas de homens experientes na exploração de diamantes, como os membros da família Martins Pereira, eram anteriores.
11. Médico, residente em Belo Horizonte, e genealogista da família Martins.
12. Dora Rosa (1973, p. 28) afirma que o coronel Felisberto atuava na região chamada de Cochó do Malheiro, que ele mesmo mandaria destruir anos depois em represália ao coronel Heliodoro, que também atuava na região, em função da criação do município de Palmeiras. Sobre este último ponto, conferir nota 24, p. 29.
13. Unidade de área, correspondente a 4,84 m² cada uma.
14. Francisco Martins Perreira vivia no Tejuco. Possuía lavras e escravos. Ao falecer, deixou herança significativa para o afilhado, que o apoiou durante toda vida.
15. Cf. notícia do *Correio Mercantil* do dia seguinte, 28 de junho de 1856. Sobre a viagem para Santos, o mesmo periódico noticia a ida de Gualter e seus criados em 12 de julho de 1856.
16. Marcelo Rodrigues transcreve o relato da oferta de contribuição feita por Gualter Martins Pereira e seu irmão João Baptista Martins Pereira à Comissão Organizadora do Voluntariado do Município de Lençóis. O autor ainda destaca a ida dos irmãos Martins Pereira para o Rio de Janeiro e, em seguida, para o Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2001.p.75-76).
17. Cf. Decreto Imperial de 17 de setembro de 1873. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 19 de setembro de 1873, informa que no dia 16 desse mês fez-se mercê do título de Barão de Grão-Mogol ao coronel Gualter Martins Pereira.
18. Cf. Lei provincial 1.895, de 19 de julho de 1872, ao tratar do orçamento de 1873-1874, nas Disposições Gerais, art. 26.
19. Cf. Lei provincial 2.181, de 25 de novembro de 1875, art. 2º, §6º, Obras públicas. Em 1888, nova lei provincial, 3.630, de 30 de agosto de 1888, “autoriza a construção de uma estrada de Grão Mogol ao Rio Pardo, passando pela Serra denominada Carambas, feito desde já o respectivo orçamento, pelo engenheiro do Distrito”.
20. A referência às leis provinciais citadas nas notas anteriores foi localizada na obra do Cônego Newton de Ângelis, *Efemérides Riopardenses – 1698-1972*. O autor afirma ter

- passado em tal estrada em 1942 e que ela era chamada de “Estrada do Barão” (1998, p. 139).
21. O Jornal *O Constitucional* de 9 de maio de 1868 noticia a convenção realizada no dia anterior.
 22. Os jornais *Noticiador de Minas*, 31 de outubro de 1868, e *O Constitucional*, de 7 de novembro de 1868, publicaram o manifesto. Em 14 de novembro de 1868, o jornal *O Constitucional* publicou uma notícia, referente a 28 de setembro, de que Guálter havia sido eleito vereador. Registrou, ainda, que ele era o responsável pela delegacia de polícia da cidade. Em 22/12/1868, o jornal *Noticiador de Minas* publicou que no dia 14 desse mês Guálter foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional.
 23. O registro é descrito pelo jornal *Diário de Minas*, de 29 de novembro de 1873, indicando a data do acontecimento como sendo 10 de outubro desse ano. No jornal *A Actualidade*, de Ouro Preto, de 15 de junho de 1878, o barão refuta as acusações de um anônimo, publicadas contra ele no jornal *Diário de Minas*, edição 992.
 24. Nesse ponto, tenho que destacar que o uso do termo *família* é considerado de forma alargada por vários autores que estudam o mandonismo do século XIX, o que já englobaria seus escravos (ROSA, 1973). No entanto, como há uma grande discussão com relação à forma como o barão tratava os escravos e, especialmente, as escravas, optamos por separar os temas.
 25. Ariosvaldo José Seneda nasceu na Fazenda Angélica, em 1939, onde morou até os onze anos. Ele se apresenta um contador aposentado que “se dedica a registrar as lembranças vividas em sua infância” (2004). Levando em consideração o objetivo do autor, vale relembrar Benito Schmidt (2014) ao tratar dos objetivos dos pesquisadores quando lançam mão da fonte memorial para analisar a trajetória de atores históricos, como o barão. O cuidado no uso dessas memórias faz com que as confrontemos não em busca de desvendar os segredos ou o caráter do sujeito analisado, mas de explicitar os percursos, pensá-los a partir de seus projetos e campos de possibilidade por meio de outros olhares que não o documento de arquivo.
 26. Outro aspecto que denotaria sua má relação conjugal apoia-se na tradição oral de Rio Claro: o fato de a baronesa ter desenhado seu retrato na parede do sótão com seu sangue.
 27. Um exemplo pode ser encontrado em programa veiculado na REDETV, Superpop, inserido no Youtube em 12/11/2012. Trata-se de uma edição do “Visão Paranormal”, produzido por Rosa Maria Jaques e João Tocchetto de Oliveira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OKbQuWTLGgQ>>.
 28. Os dois moradores da cidade se identificam como apaixonados pela história da cidade. Paulino trabalhou durante muitos anos no cartório. A eles agradeço não só pelas longas conversas como também pela indicação de fontes.
 29. Os autores são Jorge Lasmar, advogado, maçom e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e Terezinha Vasques, nascida em Grão Mogol, uma professora já falecida. Ela afirma na apresentação que escreve para homenagear os pais e incentivar a preservação da memória histórica da cidade. A obra, de caráter laudatório, busca dar conta de “todos” os aspectos que consideram relevantes sem compromissos com a pesquisa documental.
 30. Mesmo com muitos equívocos, considera-se o trabalho pelo caráter subjetivo da memória (CANDAU, 2016) e considerando que é lembrado e relembrado ao longo do tempo e continuamente atualizado, sem ser uma reconstituição fiel do passado, mas constituindo novos enquadramentos (POLLAK, 1989).
 31. PENTEADO, Oscar A. Gualter Martins Pereira – Barão de Grão Mogol. s/1. s/d. (mimeo.) 4 p. Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga, Rio Claro. Philadelpho era o avô de Vitorino Machado, responsável pela informação e que teria morado na Fazenda do Barão. O museu ainda oferece documento com dados fornecidos por Judith Almeida Santos, bisneta do Barão.

32. A escritura foi feita em 27 de agosto de 1881, no Cartório de Notas do tabelião Tomaz Macha (hoje, II Tabelião de Notas e Protestos de Letras e Títulos de Rio Claro), registrado no Livro 19, fl. 33 v. a 46. O barão comprou a fazenda por 305.000.00 (trezentos e cinco contos de réis).
33. Brito cita o nome de Grão Mogol com a mesma grafia equivocada formulada por Derby. Essa conexão de mineradores que seguem prospectando as riquezas no caminho do norte de Minas e Bahia - Tejuco - Grão Mogol - Chapada - na segunda metade do século XVIII, já havia sido sugerida por em *O Teatro das Desordens* (2009).

REFERÊNCIAS

- ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses – 1698-1972*. Rio Pardo de Minas: s/e, 1998.
- BANCHI, J.C. *Casa do Barão de Grão Mogol*. Relatório Técnico. Secretaria de Obras e Serviços, Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2001. 21 p. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- BENINCASA, Vladimir; DE CASTRO, Maria Ângela Pereira; BORTOLUCCI, Silva. Fazenda Angélica e o Barão de Grão-Mogol. *Labor e Engenho*, v. 3, n. 1, p. 82-109, 2009.
- BRITO, Carolino Marcelo de S.. Cidades históricas da Chapada Diamantina: patrimônio baiano ou mineiro? *Revista Espacialidades* [online], v. 6, n. 5, p. 1984-817x, 2013.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTRO, B. A. C. de. Patrimônio cultural e territorialidade negra em Rio Claro (SP). *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, p. 557-578, 2013.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa: século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012.
- PENA, Zenilda. *Encontro com a Villa Bella das Palmeiras*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, história e esquecimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15 1989.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- LASMAR, J.; VASQUES, T. *Grão Mogol*. Contagem: Gráfica Lithera Maciel, 2005.
- LOPES, Aristeu E. M. “O dia de amanhã”: a República nas páginas do periódico ilustrado O Mequetrefe, 1875-1889. *História (São Paulo)*, v. 30, n. 2, p. 239-265, 2011.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____; SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, RS, v. 2, n. 3, p. 11-22, 2003.

MENESES, José Newton C. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra & Voz, 2018, p. 69-75.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, p. 97-128, 2017.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in) Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. Salvador, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SAMPAIO, T.; SANTANA, J. C. B. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História (São Paulo)*. São Paulo, SP, v. 33, n. 1 p. 124-144, 2014.

SENEDA, Ariosvaldo José. *Memórias da Fazenda Angélica: origens, personagens, descendentes*. Rio Claro: Edição do Autor, 2004.

Ivana Denise Parrela é Professora do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora e Mestre em História pela UFMG. Especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Como citar:

PARRELA, Ivana Denise. Um Barão e suas memórias em disputa: Grão Mogol (MG), Chapada Diamantina (BA) e Rio Claro (SP). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 53-75, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.